



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº /2025
(Autoria do Vereador Mestre Grilo)


**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO
FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA – AFRO.**

A Câmara Municipal de Lavras, aprovou, e, eu Prefeita Municipal sanciono seguinte Lei:

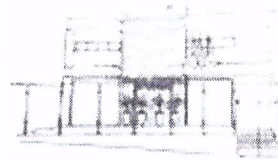
Art. 1º - Fica concedido à Associação Fernando Roberto de Oliveira - AFRO, com sede à Rua Sebastião José da Fonseca, nº 16, no bairro Planalto em Lavras/MG, inscrita no CNPJ nº 39.726.387/0001-01, o título de utilidade pública municipal.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lavras, 14 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **EVANDRO OLIVEIRA MIRANDA**
Data: 14/08/2025 20:19:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EVANDRO OLIVEIRA MIRANDA
VEREADOR MESTRE GRILO - VICE-PRESIDENTE



JUSTIFICATIVA

A Associação Fernando Roberto de Oliveira, conforme Ato Constitutivo acostado ao Projeto de Lei em epígrafe, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos. Que desenvolve relevantes ações sociais, culturais, esportivas e educacionais voltadas à valorização da comunidade, ao fortalecimento dos vínculos familiares e à promoção da cidadania.

Sua atuação abrange projetos que buscam a inclusão social, a formação de jovens e adultos, o incentivo ao esporte e à cultura, além da preservação e difusão de valores históricos e comunitários. Por meio de atividades contínuas, a AFRO contribui para o desenvolvimento humano e social, oferecendo oportunidades e alternativas saudáveis de convivência e aprendizado.

O reconhecimento como Entidade de Utilidade Pública representa não apenas um ato formal, mas também o devido reconhecimento do poder público ao trabalho sério, comprometido e transparente que a Associação vem realizando ao longo do tempo. Esse título possibilitará ampliar parcerias, captar recursos e potencializar o alcance de suas ações, beneficiando um número ainda maior de pessoas.

Diante da relevância social de seus serviços e do compromisso demonstrado com o bem estar da coletividade, a concessão do presente título é medida justa e meritória, que fortalecerá a atuação da Associação Fernando Roberto de Oliveira – AFRO em prol da comunidade.

EVANDRO OLIVEIRA MIRANDA
VEREADOR MESTRE GRILO - VICE-PRESIDENTE



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE SOCIAL E FINS SOCIAIS

Artigo 1 – A Associação Fernando Roberto de Oliveira também designada pela sigla AFRO, fundada dia trinta e um de Agosto de dois mil e vinte, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com prazo de duração indeterminado e com foro e sede social localizada na Rua Sebastião José da Fonseca, nº16, Bairro Planalto, CEP:37205-119, em Lavras, Minas Gerais rege-se por esse Estatuto Social, pelo Código Civil Brasileiro e pelas deliberações de seus órgãos.

Artigo 2 – A Associação tem por finalidade:

- I – Promover o desenvolvimento do atletismo na comunidade de Lavras e região;
- II – Despertar a atração de jovens da comunidade lavrense e região pelo ambiente universitário através do atletismo;
- III – Promoção de talentos esportivos para o atletismo;
- IV – Promoção de treinadores;
- V – Produção e promoção de eventos esportivos, tais como camping, festivais e competições seguindo as normas da Federação Mineira de Atletismo - FMA;
- VI – Manter-se associada à Federação Mineira de Atletismo - FMA.

Parágrafo único: A execução das atividades deverá seguir sempre os valores de uma gestão democrática e os princípios basilares da administração pública, tais como princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Artigo 3 – A Associação Fernando Roberto de Oliveira será regulada pelas normas estaduais, nacionais e internacionais que regem a prática do atletismo no estado de Minas Gerais determinadas pela Federação Mineira de Atletismo – FMA.

Artigo 4 – A entidade terá um regimento interno que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.



Parágrafo único: A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Seção I – Considerações Gerais

Artigo 5 – A Associação Fernando Roberto de Oliveira terá número ilimitado de associados, definidos por toda pessoa capaz de possuir direitos e deveres, sem distinção de qualquer natureza para ser membro associado efetivo, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas que solicitarem sua inscrição mediante preenchimento de ficha de inscrição onde conste a aceitação deste estatuto.

Artigo 6 – Podem associar-se à Associação as pessoas maiores e capazes para os atos civis, que auxiliem na área de atuação da entidade, bem como aquelas que exercem atividades profissionais junto à comunidade.

§1º - A condição de associado é intransferível.

§2º - Ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Artigo 7 – Haverá as seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da Associação;
- II – Beneméritos, aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à esta Associação.
- III – Efetivos, aqueles que porventura queiram ingressar na Associação após um período avaliativo de no mínimo um mês realizado pela diretoria.

Artigo 8 – Os associados têm direitos iguais e a qualidade de associado é intransmissível, não havendo qualquer possibilidade de transmissão por alienação, doação ou herança, extinguindo-se os direitos com a morte do associado ou a liquidação da pessoa jurídica da Associação.



Artigo 9 – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos da Associação.

Seção II – Dos Direitos e Deveres dos Associados

Artigo 10 – São direitos dos associados:

- I – Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II – Propor a admissão de novos associados;
- III – Ter acesso a todos os documentos da Associação;
- IV – Recorrer das decisões da Diretoria.

Parágrafo único: Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no Estatuto Social.

Artigo 11 – São deveres dos associados:

- I – Cooperar para o desenvolvimento e a realização das atividades da Associação;
- II – Fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações decorrentes da Assembleia Geral e da Diretoria;
- III – Comparecer à Assembleia Geral e às reuniões a que for convocado;
- IV – Aceitar e exercer os cargos e comissões para que for eleito ou designado;
- V – Zelar pelo bom nome da instituição;
- VI – Zelar pela preservação do patrimônio da instituição.

Parágrafo único: O associado membro da Diretoria que faltar por três reuniões consecutivas ou seis alternadas no ano, sem justificativa, será automaticamente destituído do seu cargo.

Seção III – Da Demissão e Exclusão dos Associados

Artigo 12 – A exclusão de associados se dará por deliberação da Diretoria nos seguintes casos:

- I – Demissão;
- II – Falecimento;
- III – Exclusão;



Artigo 13 – A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, e assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos nesse Estatuto.

Parágrafo único: Entende-se por justa causa, entre outros:

- I – Não cumprir com as obrigações que lhe forem atribuídas;
- II – Praticar atos que comprometam moralmente a Associação, prejudicando a imagem e reputação da mesma;
- III – Proceder com má administração de recursos;
- IV – Infringir as demais normas previstas neste Estatuto e na lei.

Artigo 14 – Caberá recurso fundamentado à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação da decisão ao associado excluído, por meio de requerimento escrito endereçado ao Presidente da Diretoria.

Parágrafo único: A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer no prazo previsto no caput.

CAPÍTULO III DOS FILIADOS

Seção I – Considerações Gerais

Artigo 15 – A Associação poderá conceder filiação em qualquer época do ano, não havendo período específico para ingresso de novos filiados, desde que as atividades não estejam suspensas por motivo de férias, recessos e outros. Podendo ser filiados nas determinadas categorias:

- I – Participante nos programas de iniciação ao treinamento, crianças de 5 a 12 anos de idade;
- II – Participante nos programas de treinamento, jovens a partir de 12 anos de idade;
- III – Treinadores para ministrar as atividades dos programas de iniciação e/ou treinamento;
- IV – Estagiários e/ou monitores.

Seção II – Dos Participantes nos programas de iniciação ao treinamento



Artigo 16 – Serão filiados mediante cadastro simples realizados pelos responsáveis legais no momento da matrícula.

Parágrafo Único: Estarão nesta categoria todas as crianças ingressantes no projeto enquanto não tiverem idade suficiente para serem registradas junto à Federação Mineira de Atletismo – FMA.

Seção III – Dos Participantes nos programas de treinamento

Artigo 17 – Serão filiados mediante cadastro simples realizados pelos responsáveis legais quando menores de 18 anos de idade.

Parágrafo Único: Quando julgado necessário pela Diretoria, estes serão registrados junto à Federação Mineira de Atletismo – FMA para que possam gozar do direito de competir representando a entidade de prática em âmbito estadual, nacional e internacional.

Seção IV – Dos Treinadores

Artigo 18 – Serão filiados mediante cadastro simples, além ainda de serem registrados na Federação Mineira de Atletismo – FMA para poderem representar a entidade em eventos oficiais de atletismo.

Seção V – Dos Estagiários e/ou Monitores

Artigo 19 – Serão filiados mediante cadastro simples, e deverão manter vínculo com uma instituição de ensino superior comprovada documentalmente, além de apresentar relatório mensal das atividades desempenhadas voluntariamente.

CAPÍTULO IV

DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Seção I – Considerações Gerais

Artigo 20 – A Associação é constituída pelos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.



Seção II – Da Assembleia Geral

Artigo 21 – A Associação Fernando Roberto de Oliveira é constituída, organizada e posta a funcionar por deliberação da Assembleia Geral, órgão supremo da associação.

§1º - A Assembleia Geral constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e filiados maiores de 18 anos de idade, tendo os filiados, independente do quantitativo presente o peso de 1/3 de votos na Assembleia Geral.

§2º - A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária.

Artigo 22 – Compete à Assembleia Geral:

- I – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social;
- II – Alterar o Estatuto Social;
- III – Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV – Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V – Eleger os substitutos da Diretoria e do Conselho Fiscal em caso de vacância definitiva;
- VI – Examinar e aprovar as contas anuais;
- VII – Decidir sobre os recursos interpostos pelos associados;
- VIII – Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- IX – Decidir sobre a dissolução da Associação;
- X – Aprovar o regimento interno;
- XI – Decidir sobre outros assuntos de interesse da Associação.

Artigo 23 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

- I – Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II – Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 24 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada a qualquer tempo para a solução de problemas emergentes e/ou urgentes, para alterar o Estatuto Social, destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e decidir sobre recurso contra exclusão de associado.

Artigo 25 – A Assembleia Geral realizar-se-á, quando convocada:



- I – Pelo presidente da Diretoria;
- II – Pela Diretoria;
- III – Pelo Conselho Fiscal;
- IV – Por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 26 – A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de cinco dias.

Parágrafo Único: Se não houver número suficiente de associado para a instalação da Assembleia, o início dos trabalhos ocorrerá trinta minutos após o horário, em segunda convocação, com o número de associados presentes.

Seção III – Da Diretoria

Artigo 27 – A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§1º - O mandato da Diretoria será de quatro anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

§2º - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos novos membros.

Artigo 28 – Compete a Diretoria:

- I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;
- II – Deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários;
- III – Analisar e aprovar os balancetes contábeis mensais apresentados pela Tesouraria;
- IV – Elaborar e executar programa anual de atividades;
- V – Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- VI – Estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;
- VII – Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VIII – Prestar contas da administração, anualmente;
- IX – Contratar e demitir funcionários;
- X – Convocar a Assembleia Geral.



Artigo 29 – A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, para tratar de assuntos diversos da Associação e aprovar os balancetes contábeis mensais, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente, cujas decisões serão tomadas por maioria de votos.

Artigo 30 – Compete ao Presidente:

- I – Representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – Convocar e presidir a Assembleia Geral;
- IV – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V – Assinar, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.

Artigo 31 – Compete ao Vice-Presidente:

- I – Substituir o Presidente em suas eventuais ausências e impedimentos;
- II – Assumir a função de Presidente, em caso de vacância, até o término do mandato;
- III – Atender e desempenhar funções especiais que lhe forem atribuídas pelo Presidente.
- IV – Se necessário assinar cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.

Artigo 32 – Compete ao Primeiro Secretário:

- I – Dirigir e organizar os serviços de Secretaria e de administração de pessoal;
- II – Secretariar e lavrar as atas de reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- III – Elaborar os editais e as pautas das reuniões da Diretoria e da Assembleia geral;
- IV – Organizar e manter os arquivos de documentos da Associação.

Artigo 33 – Compete ao Segundo Secretário:

- I – Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências e impedimentos,
- II – Assumir a função de Primeiro Secretário em caso de vacância, até o término do mandato;
- III – Auxiliar o Primeiro Secretário no exercício de suas funções.

Artigo 34 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I – Orientar, analisar e fiscalizar a contabilidade da Associação;



II – Arrecadar e contabilizar as rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;

III – Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

IV – Apresentar relatório financeiro anual para ser submetido à Assembleia Geral;

V – Apresentar relatório de receita e despesas sempre que forem solicitados;

VI – Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

VII – Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;

VIII – Apresentar mensalmente relatório financeiro ao Presidente.

Artigo 35 – Compete ao Segundo Tesoureiro:

I – Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;

II – Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância, até o seu término;

III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Seção IV – Do Conselho Fiscal

Artigo 36 – O Conselho Fiscal será constituído por 2 (dois) membros e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

§1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término;

§3º - Os Conselheiros titulares e suplentes permanecerão no exercício de seus cargos até a posse do novo Conselho Fiscal.

Artigo 37 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Fiscalizar a gestão financeira e administrativa da Associação, examinando toda a documentação contábil;

II – Examinar o balancete apresentado pelo Tesoureiro, apresentando sua opinião;

III – Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

IV – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Seção V – Considerações Finais

10.000.458 / 0001 - 10
Serviço Registral do Títulos e Documentos
e Protocolos
MUNICÍPIO DE LAVRAS, RJ
Cartão - CPF 31288-258 - Lavras - RJ



Artigo 38 – No exercício da gestão, deverão ser observadas as regras e os princípios da legislação civil acerca das atribuições e responsabilidades dos seus administradores, considerando aprovadas as contas em Assembleia Geral Ordinária, na forma estabelecida neste Estatuto.

Artigo 39 – A Associação manterá a escrituração de suas receitas, despesas, em livros revestidos de todas as formas legais que assegurem sua exatidão e de acordo com as exigências legais.

Artigo 40 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Artigo 41 – A Associação do Centro Regional de Iniciação ao Atletismo não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES

Artigo 42 – A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta dos associados e filiados.

§1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, porém, no caso de candidatura única, estas poderão ser realizadas por aclamação.

§2º - Havendo empate nas eleições, haverá um segundo escrutínio entre os dois mais votados.

Artigo 43 – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS

Artigo 44 – A Associação se manterá através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão

10.000.488 / 0001 - 10
Serviço Registral de Imóveis e Cartórios
e Proteção
RUA DELFINO DE SOUZA, 40
Cidade - CEP 31200-050 - Belo Horizonte - MG



aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Artigo 45 – As fontes de recursos para o desenvolvimento e manutenção da Associação, provém de:

- I – Receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a possuir;
- II – De doações de qualquer natureza;
- III – De auxílios e subvenções que venha a receber do Poder Público;
- IV – Auxílios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social;
- V – Eventuais patrocínios longitudinais e/ou transversais para manutenção e/ou execução de evento em especial.

Artigo 46 – O Patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

Artigo 47 – No caso de dissolução da associação, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênera municipal, estadual ou federal por deliberação dos associados.

CAPÍTULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 48 – O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Artigo 49 – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Artigo 50 – A Associação poderá ser dissolvida ou extinta pela vontade expressa de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada



para esse fim, caso não concretize seus objetivos sociais ou se estes se tornarem inexecutíveis a juízo da maioria dos associados.

Artigo 51 – Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Parágrafo único: Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 52 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Artigo 53 – Fica eleito o foro da Comarca de Lavras, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto Social.

Artigo 54 – Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano civil.

Artigo 55 – O presente Estatuto Social foi aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 19/12/2022 devendo entrar em vigor nesta data.

Pedro de Oliveira - Presidente

Pablo Ramon Domingos – Vice-Presidente

10.000.400 / 0001 - 14
Serviço Registral de Imóveis e Gráficos
e Protocolo
MAYA MULLINE DE SOUZA
Cadastral - CEP 37200-000 - Lavras - MG



Camila Paulino de Paiva

Camila Paulino de Paiva – 1º Secretária

Pedro Henrique da Silva Alves Martins

Pedro Henrique da Silva Alves Martins – 2ª Secretário

Jainy Suelen dos Santos Barreto

Jainy Suelen dos Santos Barreto – 1ª Tesoureira

Ingrid Ellen da Silva Moreira

Ingrid Ellen da Silva Moreira – 2ª Tesoureira

Islane Pereira Lopes

Islane Pereira Lopes – Conselheira Fiscal Efetiva

Jenifer Nicole Vieira Norberto

Jenifer Nicole Vieira Norberto – Conselheira Fiscal Efetiva

Carlos Eduardo de Paula Ferreira

Carlos Eduardo de Paula Ferreira – Conselheiro Fiscal Suplente

Hellen Cristina Trindade Ferreira

Hellen Cristina Trindade Ferreira – Conselheira Fiscal Suplente

Jussara de Fátima Cae Santos – OAB/MG 112314/O-9

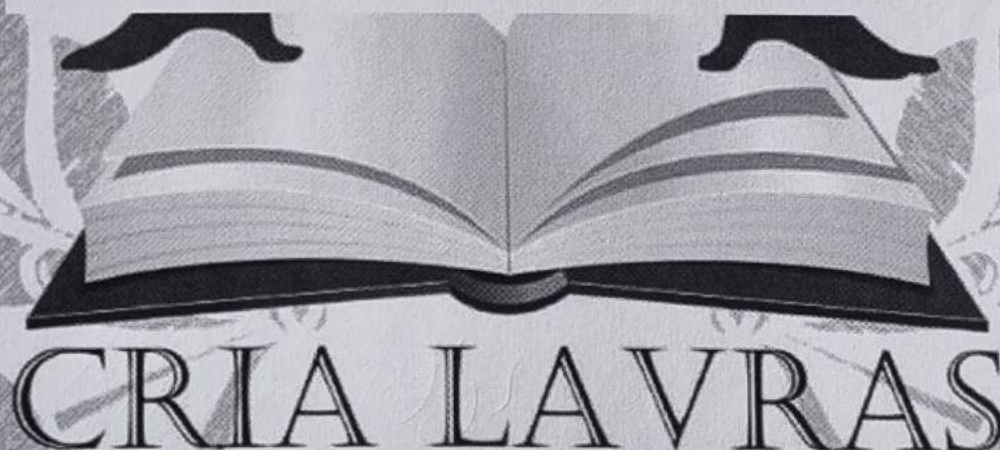
JUSSARA DE FÁTIMA CAE SANTOS
Téc. Contabilidade
CPF: 027.318.966 - 20
CRC/MG 112314/O-9

PROTOCOLO: 44381 | REGISTRO: 6077 - AV 5
LIVRO: A-103 | FOLHA: 134/148 | DATA: 16/04/2023
Cotação: Empl.: R\$ 249,63 - TPJ: R\$ 87,00 - Recuperação: R\$ 14,58
ISS: R\$ 0,00 - VENC. Final: R\$ 351,78
Códigos: 6107-211, 9101-8113
Kelen Luciane das Buitas - Extravérte
Lavras - MG

PODER JUDICIÁRIO - JMG - CONREGGREGADORA-GERAL DE JUSTIÇA
1º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Lavras - MG

SELO DE CONSULTA
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0583 9031 8713 4004
Quantidade de cópias canceladas: 14
Assin(e) preloada(s) por: Kelen Luciane das Buitas - Extravérte
Empl.: R\$ 244,78 - TPJ: R\$ 87,00
Valor Final: R\$ 351,78
Consulte a validade desta assinatura em: <https://tskua.jmg.jus.br>

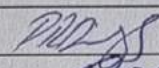
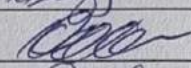
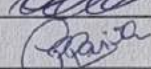
2023 - 04 - 16 - 14:58
JUSSARA DE FÁTIMA CAE SANTOS
Téc. Contabilidade
CPF: 027.318.966 - 20
CRC/MG 112314/O-9



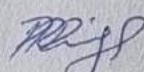
PRO-Diretor

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA
ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO FERNANDO
ROBERTO DE OLIVEIRA.**

Realizada no dia 02 de Janeiro de 2023, às 15:00 horas na Sede localizada na
Rua Sebastião José da Fonseca Nº16 Bairro Planalto, cidade de Lavras-MG
CEP 37.205.119

	NOME	CARGO	ASSINATURA
1	Pablo Pamon Domingos	Presidente	
2	Adriana de Oliveira	Vice-Presidente	
3	Camila Paulino de Souza	Primeira secretária	
4	Pedro Henrique S.A. Martins	Segunda Secretária	Pedro Henrique da Silva Pilon Martins
5	Jainy Suelen dos S. Barreto	Primeira tesoureira	Jainy Suelen dos S. Barreto
6	Ingrid Ellen da Silva Moreira	Segunda tesoureira	Ingrid Ellen da Silva Moreira
7	Idem Pinheiro Reges	Conselho fiscal efetivo	Idem Pinheiro Reges
8	Genivaldo Luiz de Azevedo	Conselho fiscal suplente	Genivaldo Luiz de Azevedo
9	Carlos Eduardo de Paula Ferreira	Conselho fiscal suplente	Carlos Eduardo de Paula Ferreira
10	Kellen Brito Lima Almeida	Conselho fiscal suplente	Kellen Brito Lima Almeida
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			





			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 39.726.387/0001-01 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 09/11/2020	
NOME EMPRESARIAL AFRO (ASSOCIACAO FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA)			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.91-1-00 - Ensino de esportes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 55.90-6-02 - Campings 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente 93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares 93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R SEBASTIAO JOSE DA FONSECA		NÚMERO 16	COMPLEMENTO *****
CEP 37.205-119	BAIRRO/DISTRITO PLANALTO	MUNICÍPIO LAVRAS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO PEDROKEPPA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (35) 9186-4137	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **29/07/2025** às **09:30:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Cartão de Inscrição de Cadastro Mobiliário



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

CADASTRO MUNICIPAL DE PESSOA JURÍDICA

CARTÃO DE INSCRIÇÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO

Data de abertura	Número de Inscrição	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual
22/04/2024	050947	39.726.387/0001-01	.

Nome Empresarial
AFRO (ASSOCIACAO FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA)

Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)
*

Código e descrição das atividades econômicas
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. 2.00 %
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intele... 3.00 %
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, natação, artes mar... 2.00 %
9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-servic... 3.00 %
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educaci... 2.00 %

Logradouro	Número	Complemento
R. SEBASTIAO JOSE FONSECA	16	

CEP	Bairro/Distrito	Município	UF
37205-119	PLANALTO	Lavras	MG

Situação Cadastral	Data da Situação Cadastral
ATIVA	14/02/2025

Regime Atualmente Enquadrado
Faturamento

Cartão de Inscrição de Cadastro Mobiliário
Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no cadastro mobiliário.
Este comprovante não é e não substitui o alvará de licença e funcionamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 14/08/2025 19:53:52H

	Assinatura Contribuinte
--	-------------------------